

Desconstrução de Identidades de Gênero: uma leitura foucaultiana sobre as formas de resistência como práticas de liberdade

Leandro Chevitaese* - Vanessa Fonseca - Lindalva Trajano*****

Resumo

Considerando que a produção de subjetividades e identidades baseadas no gênero é fator gerador de desigualdades entre homens e mulheres, afetando a liberdade de ambos, o presente artigo pretende investigar, a partir dos estudos de Foucault, a possibilidade de produzir formas de resistência, sobretudo no que se refere à desconstrução de masculinidades. A produção de uma ética-estética da existência, por meio daquilo que o autor define como “cuidado de si” e “práticas de liberdade”, apresenta-se como perspectiva norteadora para articulação de diferentes formas de ser e de viver, ou ainda, para configuração de outras formas de masculinidade no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: produção de subjetividade, resistência, cuidado de si, gênero, práticas de liberdade

Resumen

Considerando que la producción de subjetividades e identidades basadas en el género es factor generador de desigualdades entre hombres y mujeres, afectando la libertad de ambos, el presente artículo pretende investigar, a partir de estudios de Foucault, la posibilidad de producir formas de Resistencia, sobre todo en lo que refiere a la deconstrucción de masculinidades. La producción de una ética-estética de la existencia, por medio de aquello que el autor define como “cuidado de sí” y “practices de libertad”, se presenta como perspectiva orientadora para la articulación de diferentes formas de ser y de vivir, o incluso, para la configuración de otras formas de masculinidad en la escena contemporánea

Palabras clave: producción de subjetividad, resistencia, cuidado de sí, prácticas de libertad

* Doutor em Filosofia PUC-Rio. Professor Adjunto do Departamento de Educação e Sociedade, IM/UFRRJ. Professor da Pós-Graduação em Filosofia da UFRRJ (PPGFIL).

** Doutoranda em Psicologia Social, UFF – RJ.

*** Mestranda em Filosofia, UFRRJ.

Introdução: Questões de gênero na contemporaneidade e o problema da identidade

Nas últimas décadas, não devem ser ignorados os avanços promovidos por movimentos feministas no alcance da equidade entre homens e mulheres. No Brasil, tais avanços podem ser traduzidos também por conquistas no campo político e legislativo, como a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério, ou a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que entrou em vigência no ano de 2006. Essas medidas viriam a somar esforços no enfrentamento às desigualdades de gênero. No entanto, o percurso em direção a uma sociedade mais justa está longe de ser concluído.

Apesar de em 1932, no Brasil, o direito de mulheres a voto tenha sido reconhecido¹, mais de oitenta anos depois, a presença de mulheres no Parlamento é de apenas dez por cento². No que diz respeito ao mercado de trabalho, as mulheres receberam, em 2011, 72,3% do rendimento dos homens no país³. Globalmente, as mulheres recebem, em média, menos 24% do que os homens. Para mulheres com filhos, essa percentagem aumenta. No mundo, 75% do emprego das mulheres é informal, em atividades que não são cobertas pelas leis do trabalho e da proteção social. As mulheres trabalham mais 2,5 vezes, em média, em tarefas domésticas e atividades não remuneradas do que os homens.

Em relação à violência de gênero, no Brasil, entre 1980 e 2013, 106.093 mulheres morreram por homicídio, número que aumentou 242% ao longo dos anos, de 1353 em 1980 para 4762 em 2013. Em números relativos, passou-se de 2,3 vítimas

¹ L. Moriere, “A desconstrução de papéis como fator propulsor da participação política das mulheres”. Em: G. Venturini; T. Godinho, *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e SESC, 2011.

² UN Women, *Progress of the World's Women 2015-2016: Transforming Economies, realizing Rights*, 2015. Acessado em 29 de outubro de 2016. Disponível em: http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf>.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego – PME, 2012. Acesso em 9 de outubro de 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf.

por 100 mil habitantes em 1980, para 4,8 por 100 mil habitantes em 2013⁴. A violência de gênero também afeta aos homens, uma vez que está associada a um padrão de masculinidade. Dados divulgados pelo Mapa da Violência de 2015 revelaram que 93% das vítimas de homicídios são homens⁵. Os homens negros morrem três vezes mais do que brancos, revelando atravessamentos entre diferentes grupos sociais em relação ao acesso aos direitos e a uma vida mais digna.

As violências contra mulheres, iniquidade no mercado de trabalho e sobrecarga feminina nas tarefas domésticas são exemplos das consequências de como mulheres e homens definem a si mesmos e aos outros, suas atitudes e comportamentos, conferindo ao homem mais poder tanto na esfera pública quanto na esfera privada. O impacto provocado por políticas públicas que visam à igualdade será pouco significativo se não levarmos em consideração transformações nos processos de subjetivação a partir dos quais diferenças, não apenas de gênero, mas de classe social, faixa etária, raça e etnia, se estruturam como desigualdades sociais, de direitos, de poder. A partir das contribuições de Foucault, propõem-se aqui, que a análise das desigualdades de gênero e sua transformação se deem a partir da abordagem das relações de poder e a internalização dessas relações pelo processo de produção de subjetividades masculinas e femininas, sem ignorar as diferenças entre os distintos seres humanos e suas relações sociais.

Gênero opera pela normalização de sujeitos masculinos ou femininos⁶ e quaisquer mudanças devem alcançar tais processos de subjetivação, inclusive pela desconstrução de seu modo de operação binário. Diversas autoras feministas contribuíram para construir um campo de estudos a partir da análise da incorporação das normalizações de gênero por homens e mulheres e suas intersecções com outros

⁴ Mapa da violência, Mortes matadas por Armas de Fogo, 2015. Acesso em 29 de setembro de 2016. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>.

⁵ Mapa da violência, Mortes matadas por Armas de Fogo, 2015, p. 4.

⁶ M. Arán; C. A. Peixoto Jr., “Subversões do Desejo: sobre gênero e subjetividade em Butler, Judith”. Em: *Cadernos Pagu*, vol. 28, jan./jul. 2007, pp. 129-147.

marcadores sociais. Trata-se de um processo complexo, derivado das diversas relações de poder que ajudam a produzir a subjetividade⁷. Ao considerar a complexidade e o jogo de forças presentes na produção e transformação de subjetividades, neste artigo, propõe-se uma interlocução com os estudos de Foucault, buscando-se contribuir para a construção de ferramentas para romper com uma visão dicotômica do gênero. Se existe uma ordem binária sobre a qual estão fixados os papéis masculinos e femininos, tal ordem é fictícia e precisa ser desnaturalizada para o fim de relações que se organizam hierarquicamente.

Ao considerar gênero como o mecanismo segundo o qual se produzem e naturalizam noções de masculino e feminino e, ao mesmo tempo, sobre o qual se desconstruem tais noções⁸, a transformação de masculinidades tem se constituído como estratégia de movimentos que visam à equidade de gênero por meio do envolvimento dos homens⁹. Problematizar uma concepção tradicional ou única de masculinidade, muitas vezes, baseadas em padrões violentos e hierárquicos, pode contribuir para caminharmos na direção de uma sociedade mais justa. Isso não significa que devemos perceber os homens apenas como parte do problema, mas que devemos problematizar de modo geral os processos normalizadores sobre os quais homens e mulheres são definidos, limitadores das possibilidades criativas de condução da própria vida ou das relações. O machismo age pela normalização dos homens e das mulheres. Nesse sentido, produz efeitos para a liberdade de todos os sujeitos. Desse modo, o enfrentamento às consequências do gênero deve se dar

⁷ V. N. Fonseca, “Masculinidades alternativas: transformações de gênero?”. Em: B. Bento; V. Félix-Silva (ed.), *Desfazendo Gênero: Educação da Diferença, Masculinidades, Feminismos e Literatura*, Natal, RN, EDUFRRN, 2015, pp. 347-373.

⁸ A. Piscitelli, “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. Em: *Sociedade e Cultura*, vol. 11, n. 2, jul./dez. 2008, pp. 263-274.

⁹ Formada em 2004, a *Aliança MenEngage* é um exemplo de uma rede internacional de organizações, cujo objetivo é engajar homens (adultos, jovens e adolescentes) na promoção da equidade de gênero, por meio da sensibilização desse grupo em questões referentes à saúde sexual e reprodutiva, paternidade e prevenção de violência, a partir de estratégias de marketing social que oferecem modelos de masculinidades alternativas. Para saber mais sobre o assunto, veja V. N. Fonseca, “Masculinidades alternativas: transformações de gênero?”, op. cit., pp. 347-373.

justamente pela desconstrução desse processo normalizador.

Gênero, no entanto, durante muito tempo, foi tratado como uma questão exclusivamente feminina, fato que vem mudando visivelmente a partir dos anos 1990, com a introdução do tema das masculinidades e desnaturalização do “ser homem”. Tais estudos puseram importância às diferenças entre homens, influenciados pelo questionamento das identidades que atravessou as ciências sociais e humanas na década de setenta e influenciou movimentos feminista, gay, antirracistas e pós-coloniais. Abriu-se assim, para a possibilidade de considerar também as masculinidades como um composto de distintas qualidades e atributos, cujo significado depende de quem fala e sobre de que homem se fala, de modo que o novo campo de estudos passou problematizar um lugar antes visto como referência de ser humano: a de homem branco, heterossexual, adulto, classe média/alta.

Pouco a pouco, o tema das masculinidades se tornou atrativo para os meios de comunicação, instituições acadêmicas, serviços sociais e de saúde, além de ser razão da criação de organizações não governamentais preocupadas com a equidade ou igualdade de gênero¹⁰. Cada uma dessas instancias atuam na configuração de discursos sobre as masculinidades, contribuindo para uma intensa produção de modos diversos de ser dos homens. Internacionalmente conhecidas são propagandas diretamente dirigidas aos homens, como a do desodorante *Old Spice*, convocando “homens a serem homens”¹¹.

Apostando em um contraponto à produção de discursos sobre “ser homem” das propagandas midiáticas, um conjunto de organizações não governamentais internacionais visam estimular alternativas mais equânimes, utilizando como estratégia o marketing social. Nessa estratégia, considera-se que, do mesmo modo que as masculinidades são formadas socialmente pela divulgação de modelos de

¹⁰ F. Seffner, F.; O. U. Gerra, *Tradicionales, alternativas, diversas? Una reflexión sobre la producción de masculinidades en la contemporaneidad*, Revista Sexología y Sociedad, vol.20, 2014, pp. 210-222.

¹¹ *Ibid.*, p. 9.

homens – por meio de propagandas, instituições sociais e enunciados cotidianos, a oferta de modelos alternativos mais equânimes de homens pode gerar mudanças no enfrentamento à desigualdade de gênero¹². Tais modelos estariam baseados na ideia de um homem que compartilha as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, que é flexível e é contrário à violência contra mulheres, por exemplo.

A partir dos estudos de Foucault, no entanto, propomos pensar a transformação em direção à equidade por processos não fechados, uma maneira de fazer-se e refazer-se no mundo. Para tanto, o presente artigo propõe-se a investigar a dinâmica das relações de poder e processos de subjetivação que constroem as identidades, para em seguida tratar da noção de “resistência” em Foucault, em sua articulação com as “práticas de liberdade” e o “cuidado de si”, como forma de explorar as possibilidades de desconstrução das identidades de gênero que se encontram na raiz de inúmeras injustiças e violências na sociedade contemporânea.

Relações de Poder e Produção de Subjetividade

Nossa sociedade marcha ao compasso de “verdades”, que emergem a partir de campos epistêmicos que se fazem presentes em determinada época. A produção e circulação destes discursos traz consigo efeitos de poder específicos. Por esta perspectiva, Foucault afirma que as relações sociais estão permeadas pela dinâmica saber-poder. Tais relações produzem formas de subjetividade, estabelecem identidades e criam campos de ação possíveis pela demarcação de padrões de normalidade. Deste modo, não se deve compreender o indivíduo como uma espécie de “núcleo elementar” ou “átomo primitivo” contra o qual o poder se efetiva. Na realidade, aquilo que nos permite identificar um corpo, seus gestos, desejos, práticas; o que nos permite reconhecer uma identidade e a subjetividade que lhe é correlata, deve ser compreendido como efeito das relações de poder.

¹² Ibid., p. 8.

Particularmente no que se refere à problemática de gênero que aqui nos interessa, Foucault dedica-se a tal investigação sobretudo em sua obra *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*, na qual faz uma crítica à teoria convencional, por ele denominada de “hipótese repressiva”¹³. Foucault apresenta a sexualidade como uma invenção, um dispositivo para controle das populações e dos indivíduos através da normalização das condutas em um processo de produção de subjetividade, o que leva à demarcação dos indivíduos e sua categorização. O surgimento do domínio da sexualidade como saber e sua relação com saberes científicos trouxe a normalização do sexo. O jogo de poder-saber sobre o sexo presente nas formas de classificação para as sexualidades são tão específicas que o próprio desejo é limitado a uma arena de possibilidades. Cada identidade tem uma forma “normal” de desejar. Tal classificação vai sendo naturalizada, a sexualidade vai sendo compreendida como algo natural, relacionada a aspectos biológicos e cronológicos. A sexualidade passa a ser associada obrigatoriamente a identidade do indivíduo, torna-se seu fator determinante. Pode-se dizer que o processo de produção de subjetividades baseado no gênero opera desse modo e, portanto, mais do que se basear em uma relação hierárquica entre homens e mulheres, possui efeitos sobre a liberdade de ambos, encerrando também os homens em um modo de ser e agir supostamente natural e imutável.

Todavia, cabe destacar que o indivíduo é um efeito do poder, mas ao mesmo tempo é seu intermediário, pois o poder transita pelos indivíduos que ele constituiu¹⁴. Isto significa que não somente sofremos relações de poder, mas também exercemos poder continuamente, por meio de discursos, práticas, interações sociais, visto que

¹³ Uma das mais influentes concepções em torno da sexualidade, que se mantém presente ainda nos dias atuais, é que em torno do sexo desenvolveu-se toda uma política de “repressão”, a questão seria o quanto as mulheres são reprimidas e dominadas, o quanto os homossexuais tem a expressão de seus desejos reprimidos, a violência e dominação que se exerce sobre determinadas categorias sexuais, a prevalência de uma sexualidade heterossexual como norma e repressão de outras formas de expressão de desejos e modos de ser. O importante, portanto, seria investigar as origens dessa repressão e romper com ela, buscando uma “libertação” do sexo e consequentemente do indivíduo. Foucault, Michel, *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*, Paris, Gallimard, 1977.

¹⁴ M. Foucault, *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France (1975-1976)*, M. Bertani ; A. Fontana (eds.), Paris, Gallimard, Seuil, Leçon du 14 janvier 1976, 1997.

estamos imersos em uma grandiosa rede microfísica de poder. Neste contexto, cabe investigar acerca das possibilidades de “liberdade” que nos cabem, ou seja, torna-se fundamental interrogar sobre como seriam possíveis ações diferenciadas que contribuam para desconstrução de formas de subjetividade e identidade de gênero já estabelecidas.

Segundo Foucault, o principal problema político de nossos tempos não seria se “libertar do Estado”, mas sim das formas de individualização/subjetivação construídas por meio do biopoder¹⁵ e da governamentalidade. Em seu curso *Sécurité, territoire, population*, no Collège de France (1977-1978), Foucault faz uma recuperação das principais formas daquilo que ele chamou de “contraconduta” desenvolvidas na Idade Média em relação às formas de governo vigentes. Posteriormente analisa os diferentes focos de contracondutas em nome da sociedade civil, da população ou da nação na governamentalidade moderna. Foucault denomina tais movimentos de “revoltas específicas de conduta”, que tinham como objetivo recusar os padrões de conduta impostos pela governamentalidade, constituindo-se como lutas que rejeitam a “salvação” pelas formas propostas pelo biopoder, que impõe seus meios de otimização da vida e do bem-estar¹⁶. As revoltas diante de tais formas de governo almejam espaço para estabelecer suas próprias formas de agir e viver. Todavia, o termo “revolta” não parece o mais apropriado para Foucault, pois mostra-

¹⁵Primeiramente, em sua analítica do poder, Foucault descreve o poder “soberano”, poder visível, majestoso, baseado na coerção pelo medo e no suplício dos criminosos, poder que visava o controle do território e dos bens; e explica sua transição, a partir do final do século XVIII, para o poder “disciplinar”, uma arte do detalhe que articulou uma política de coerções e micropenalidades com base no fechamento e ordenamento dos espaços e, sobretudo, na vigilância, produzindo “corpos úteis e dóceis” (Foucault, Michel, *Surveiller et Punir: Naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975). Cabe destacar que, embora a noção de ‘biopoder’ apareça pela primeira vez no capítulo final de *Histoire de la Sexualité I*, publicada após *Surveiller et Punir*, compreendendo-o como uma forma de poder sobre a vida, poder de gerir e produzir formas de vida, poder de “fazer viver e deixar morrer”, deve-se entender que tal noção aplica-se necessariamente ao “poder disciplinar”, enquanto que ao poder “soberano” caberia apenas o dito: “fazer morrer e deixar viver”. Posteriormente, Foucault explora outra faceta do biopoder: sua dimensão biopolítica. Embora alguns suponham a identificação entre biopoder e biopolítica, parece-nos um equívoco teórico, pois o biopoder inclui disciplina, em sua dimensão micro, e biopolítica, em sua dimensão macro.

¹⁶ M. Foucault, *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*, Paris, Gallimard, Leçon du 1 mars 1978, 2004.

se excessivo para designar variadas formas de luta mais sutis, ainda que também visem uma crítica a formas de conduta. Foucault considera que tais lutas poderiam ser compreendidas pela noção de “dissidência”¹⁷, que tem exatamente essa dimensão da recusa de um padrão de conduta universalizante.

Em sua conferência “*Qu'est-ce que la critique?*”, pronunciada em 1978 para a Sociedade Francesa de Filosofia. Foucault apresenta as formas de luta primordialmente como uma atitude crítica frente às diferentes formas de governo e saberes instituídos. As “artes de governar” – sejam as presentes na pedagogia, na política, economia etc – passaram a configurar importante problema no Ocidente a partir do século XV. Nesse período, a questão era: “em que consiste governar?”. Segundo Foucault, na contemporaneidade, a questão com a qual nos deparamos seria “como não ser governado?”. Entretanto, essa crítica não se apresenta no sentido de simplesmente negar qualquer tipo de governo, mas sim no sentido de questionar as formas de governo em nome de certos princípios e práticas. Para Foucault essa seria uma “atitude crítica” cuja função seria a busca por um “desassujeitamento”¹⁸. O próprio empreendimento filosófico de Foucault reflete essa atitude crítica, pois a insubmissão ao mundo tal como ele é, e a indocilidade frente aos poderes e às normas são o ponto de partida de suas análises históricas¹⁹. Segundo o autor, existiriam três tipos principais de lutas na história e a cada período um deles prevalece: lutas contra as formas de dominação, contra exploração que nos separa do que produzimos e contra formas impostas de subjetividade:

São lutas que colocam em questão o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam

¹⁷ Posteriormente, Foucault elimina esse termo de seu vocabulário, considerando mais adequado utilizar “contraconduta”, pelo fato de “dissidência” remeter a “dissidente”, sendo este termo inadequado para designar sujeitos específicos de resistência, como o louco ou o delinquente. Essas lutas de “contraconduta” revelariam uma crise da governamentalidade em cada época específica. Senellart, M., “Situação dos cursos”, In Foucault, M., *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*, trad. Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 2008, p.534.

¹⁸ M. Foucault, “Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung”. Em: *Bulletin de la Société française de philosophie*, vol. 82, n° 2, 1990, p. 40 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978).

¹⁹ E. Didier, *Michel Foucault y sus contemporáneos*, trad. Viviana Ackerman. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1995, p. 81.

o direito de ser diferente e destacam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que [...] obriga o indivíduo a se voltar para si mesmo e o condiciona à sua própria identidade de um modo coercitivo²⁰.

Foucault faz essa divisão porque apesar de se oporem a variadas estratégias de governo, diversas lutas políticas não se constituem como significativa crítica a elas, visto que correspondem à racionalização dos efeitos que surgem das práticas de exercício de poder. Pode-se dizer que eventualmente são produtivas às formas de governamentalidade e biopoder, por reclamarem (afirmando como “direitos”, por exemplo) aquilo que o biopoder oferta na regulação da vida humana: melhores condições de vida, de saúde, “felicidade”. O que faz persistir a pergunta: quando e de que modo efetivamente nos contrapomos à governamentalidade e ao biopoder? Ao que tudo indica seriam nas lutas contra formas impostas de subjetividade e identidade que tal coisa se faz presente.

Foucault apresenta duas características principais dessas lutas “críticas”: são transversais (não se limitam a um país), imediatas (agem contra os efeitos imediatos e mais próximos de poder, não estão à procura de um inimigo-mor). Mais especificamente, são batalhas contra o governo da individualização: contra a coerção que nos constrange a assumirmos determinados tipos de individualidade e ao mesmo tempo contra tudo o que inibe o que podemos ter de singular. Portanto, são lutas contra os privilégios de saber e contra todas as mistificações impostas para as pessoas²¹.

A questão dessas lutas é, acima de tudo, “quem somos nós?”. São lutas contra tudo o que ignora quem somos individualmente e ao mesmo tempo contra tudo aquilo que *determina* quem somos nós²². Essas lutas não atacam uma classe social ou regime

²⁰ M. Foucault, “Le Sujet et le Pouvoir”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, vol. 4, 1994, pp. 226-227.

²¹ *Ibid.*, p.227.

²² *Id.*

de governo específico, mas uma técnica e forma de poder. São lutas contra tudo que prende a nossa identidade a uma lei de verdade. As lutas contra formas impostas de subjetividade são o tipo de resistência que se faz presente no enfrentamento dos efeitos do *dispositivo da sexualidade*, que atua produzindo identidades sexuais, engendrando um processo de formação de subjetividade.

Como se sabe, Foucault contribuiu significativamente para os estudos de gênero por meio de sua conhecida *Histoire de la Sexualité*, em seus três volumes, e demais textos correlatos, pelos quais o autor nos convida, sem dúvida, a repensar a problemática da identidade:

Se a identidade não é mais do que um jogo [...] então, ela é útil. Mas se a identidade torna-se o problema principal da existência sexual, se as pessoas buscam “desvendar” sua “identidade própria”, e pensam que esta identidade deve tornar-se a lei, o princípio, o código da existência; se a questão que se apresenta continuamente é “tal coisa é conforme minha identidade?”; então penso que ela se voltará a um tipo de ética muito próxima da virilidade heterossexual tradicional. Se devemos nos situar em relação à questão da identidade é enquanto seres únicos. As relações que devemos ter com nós mesmos não são relações de identidade, mas de diferenciação, de criação de inovação²³.

Considerando a dinâmica saber-poder e os processos de subjetivação que edificam as “identidades”, enfrentar a problemática em pauta significa formular perguntas tais como: a que serve tal construção identitária?; em que sentido tal artefato é útil? Não se trata, portanto, de desprezar quaisquer formas de identidade, mas, sim, compreendendo que não há nenhuma “identidade verdadeira” a ser descoberta, interrogar sobre a forma como tais construções operam nas relações sociais e existenciais. Esta interrogação é fundamental para que possamos articular aquilo que precisa ser reformulado, ou ainda, em relação ao que é preciso resistir.

²³ M. Foucault, “Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l’identité”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, vol. 4, 1994, p. 739.

Sobre as possibilidades de Resistência

Compreendendo que nossa subjetividade, bem como quaisquer identidades constituídas, são produto de relações saber-poder, poder-se-ia supor que estamos enredados de tal forma que nos seria impossível lutar contra essas configurações subjetivas e seus efeitos de poder. Entretanto, de forma absolutamente diversa, Foucault compreende o poder como um conjunto de ações sobre ações possíveis²⁴, pois ele instaura o campo de possibilidades aonde se podem inscrever o comportamento dos sujeitos agentes, incitando, favorecendo, estimulando, recusando e, no limite, constringendo ou impedindo a sua ação. Portanto, relações de extrema dominação como a escravidão não são relações de poder, visto que os indivíduos não têm liberdade de ação em tal configuração. A liberdade é uma condição para a existência de relações de poder, ou seja, para que uma relação seja configurada como relação de poder é preciso que o indivíduo tenha a possibilidade de exercer aquilo que o autor denominou “*resistência*”.

Tal noção aparece na obra de Michel Foucault pela necessidade de teorizar sobre a emergência e as possibilidades da luta política frente a esses processos de subjetivação e suas consequências. O termo “*resistência*” é precedido por outras noções na obra de Foucault: como a “*transgressão*” ou “*exterioridade*”. Esses termos teriam sido utilizados pelo filósofo em especial nos seus estudos da década de sessenta²⁵. Nos dois casos, trata-se de descrever a maneira pela qual o indivíduo consegue, por meio de um procedimento que é, em geral, de escrita (como é o caso de seu estudo sobre Pierre Rivière²⁶) “*escapar*” dos dispositivos de identificação, de

²⁴ M. Foucault, Michel, “Le Sujet e le Pouvoir”, op. cit., p. 236.

²⁵ J. Revel, *Michel Foucault: conceitos essenciais*, trad. de Carlos Piovezani Filho, Nilton Milanez, São Carlos, Claraluz, 2005, p. 74.

²⁶ *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...*, obra que foi fruto do trabalho de uma equipe de pesquisadores no Collège de France, sob a coordenação de Michel Foucault em 1973, que aborda os princípios das relações entre psiquiatria e justiça penal. Relata um caso de parricídio/fratricídio cometido por um jovem camponês francês, Pierre Rivière, que em de 1835, aos vinte anos, assassinou a golpes de foice sua mãe grávida de sete meses, sua irmã de 18 anos, e seu irmão de sete anos, tornando-se objeto de análise da medicina psiquiátrica e do sistema legal. Rivière, depois de preso, escreveu sobre seus crimes e seus manuscritos foram depois incorporados ao inquérito. Esse documento apresenta uma singularidade: um homem sem instrução narra seu ato,

classificação e de normalização dos discursos e saberes. Entretanto, a necessidade de colocar o problema de maneira geral, não apenas ao nível individual, mas em função de ações coletivas, e em relação a práticas não-discursivas, fez com que Foucault mudasse seu foco da literatura e da noção de transgressão. A partir disso, surge nos anos setenta a noção de “resistência”.

As relações de poder suscitam necessariamente, chamam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência; e é por que há possibilidade de resistência e resistência real, que o poder daquele que domina tenta manter-se com tanto mais força e estratégia, quanto maior for a resistência²⁷.

As próprias resistências são constituintes das relações de poder, das quais se originam. Não se pode dizer que haja, portanto, “um lugar da grande Recusa”, pois o que se pode observar são resistências plurais, heterogêneas, múltiplas. Elas não se constituem por uma alteridade ou exterioridade às relações de poder, na verdade inscrevem-se nestas relações como o interlocutor necessário²⁸. A resistência não é resultado da reação do que poderia ser a essência de um “eu” fundacional, exterior às dinâmicas de saber-poder. As resistências surgem na própria dinâmica das relações de poder, em meio a deslocamentos e variações das configurações subjetivas.

Pode-se dizer que resistência é a possibilidade de criar espaços de luta e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte²⁹. Não são lutas contra o poder, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação. A resistência está ligada diretamente às relações de saber-poder, mas não significa sua

fazendo sua subjetividade presente em sua escrita. Pode-se dizer que o que se lê é a corporificação de sua subjetividade na escrita: “Nos entremeios da linguagem, Rivière está entre: entre a estratégia e a execução, entre o crime e a narrativa, entre o discurso psiquiátrico e o discurso jurídico, entre a loucura e o discernimento, entre a lembrança e o escrito. Nesse intervalo, no entre, Rivière esculpiu e escreveu sua existência: através da narrativa se fez pela dobra da escrita”. A. D. B. Marigueta, “A emergência do autor Pierre Rivière”, *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, vol. 8, nov. 2008, pp. 227-249, pp. 241-244. Acesso em 27 abr. 2016. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/1735/1578>>.

²⁷ M. Foucault, “Pouvoir et Savoir”, In *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, 1994, Vol. 3, p. 407.

²⁸ M. Foucault, *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*, Paris, Gallimard, 1977, p. 125.

²⁹ J. Revel, J., *Michel Foucault: conceitos essenciais*, op. cit., p. 74.

eliminação: são mesmo um resultado delas, pois se situam dentro de suas configurações, a partir de seus dispositivos. As resistências basicamente abrem o caminho para o estabelecimento de *diferentes* relações de poder, ao trazerem a liberação das formas de subjetivação impostas pelos saberes e dispositivos.

As resistências como são compreendidas por Michel Foucault não são lutas que se concentram contra grandes dominações de classe, ou uma grande luta contra o capitalismo. Por isso, são consideradas pela esquerda tradicional como um “reformismo”³⁰. São lutas que não se dirigem diretamente para a destruição de grandes fontes de opressão específicas, são lutas com modos de ação específicos, suas ações podem ser melhor caracterizadas como se atuassem por *fronts* de luta. Trata-se de combater normas, instituições, técnicas e procedimentos, além de saberes e agentes desses saberes que trabalham para aperfeiçoar suas tecnologias de vigilância e punição. A questão seria questionar o próprio funcionamento do poder. O questionamento dos saberes em que se apoiam as relações de poder, fazem aparecer as relações de poder em sua forma verdadeira e generalizada, o que torna possível a criação de novas formas discursivas para enfrentá-las de forma adequada. A noção de “resistência” em Foucault é pensada em lutas pontuais, do cotidiano. Os grandes movimentos e revoluções seriam possíveis a partir de uma junção estratégica desses vários pontos de resistência, assim como os grandes sistemas de poder se apoiam nas múltiplas relações de poder presentes nas instituições.

A resistência é um elemento das relações estratégicas nas quais se constitui o poder, que se apoia sobre a situação à qual combate. A resistência está presente em toda a rede de poder. Não estamos “presos” ao poder, mas sim em uma situação estratégica. Por serem um resultado das relações de poder-saber, que são múltiplas e transformáveis, Foucault argumenta que na realidade o que existem são variadas formas de resistência que apresentam a mesma característica plural das relações de

³⁰ D. M. Alvim, “Foucault e o Primado das Resistências”. Em: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 20, jun. 2013, p. 22-30. Acesso em: 26 mar. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55955>, p.23

poder. E para resistir, é preciso que a resistência seja tão inventiva, tão móvel e tão produtiva quanto o poder³¹.

As resistências não estão na ordem do direito, não se fundamentam na soberania de um sujeito prévio. “A relação entre poder e resistência está menos na forma jurídica da soberania do que naquela, estratégica, da luta que então cumprirá analisar”³². Mais do que um antagonismo entre poder e resistência é mais apropriado falar de um agonismo, uma luta, entre ambos.

Vale lembrar que as considerações de Foucault sobre resistência já foram criticadas por vários comentadores³³. Em geral, a argumentação é que a compreensão foucaultiana posiciona os sujeitos em uma condição completamente limitada, com quase nenhuma possibilidade política, concebendo-os como imersos em uma formação epistêmica e em uma rede de dispositivos, que não só os oprimem, mas também os constituem. Se o sujeito é produto do saber-poder, se não há um sujeito essencial, qual a origem da vontade de resistência? Quem é o sujeito que resiste e como é possível que ele vá contra as estruturas que condicionaram sua existência? Segundo esse argumento, a mudança política não pode prescindir de uma motivação fora do poder para surgir.

De fato, a noção de resistência de Foucault não oferece soluções definitivas ou seguras e ainda tende a tornar mais problemática as propostas de mudança e de enfrentamento às relações de saber-poder. A leitura de Foucault não parece ter nenhuma revolução para recomendar e nem pode prescrever formas de ação política específicas. Foucault teria assumido uma postura que foi concebida por alguns como “pós revolucionária”³⁴. A análise histórica de Foucault inverte a teoria política, por

³¹ M. Foucault, “Non au sexe roi”. Em: *Dits & Écrits*, Paris, Gallimard, vol. 3, 1994, pp. 256-269

³² Fontana; Bertani, “Situação do curso”. Em: M. Foucault, *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 338-339.

³³ Ver, p. ex, T. Eagleton, *The Ideology of the Aesthetic*, New York, Wiley-Blackwell, 1990; R. Wolin, “Foucault’s Aesthetic Decisionism”, *Telos* 67, 1986, pp. 71–86; S. Best; D. Kellner, *Postmodern Theory: Critical Interrogations*, New York, Guilford, 1991.

³⁴ J. Rajchman, *Foucault: a liberdade da Filosofia*, trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987, p. 46.

isso não tem nenhum compromisso com grandes esquemas de transformação, em contraste com a ideia de revolução. As próprias noções que conhecemos como “classes”, “modos de produção” e “liberdade” são criações que ocorrem dentro de determinada configuração epistêmica. Não há uma busca por uma verdadeira liberdade, pois não há sociedade totalmente livre. Nesse nível, nenhum povo ou classe é soberano, ou é agente de mudança.

As reflexões de Foucault tendem a pensar a resistência como uma atitude ética, jamais como uma busca por uma autodescoberta para encontrar a “verdadeira” liberdade. A liberdade possível estaria em recusar as configurações que nos definem como classes, grupos ou indivíduos específicos. Seria uma nova ética: não da transgressão, mas de descompromisso com essas formas instituídas de experiência para a invenção de novas formas de vida. Uma ética que é mais uma escolha de vida do que uma obrigação abstrata, como a ética kantiana. Mais do que a busca por liberdade, seria a construção de “práticas de liberdade”³⁵. As lutas de resistência possibilitam o surgimento de novos campos discursivos e novas relações de poder, que devem ser viabilizados por práticas de liberdade adequadas. A questão seria a forma de se praticar eticamente a liberdade que nos é possível.

Uma “ética-estética” da existência: a prática do cuidado de si

Este cenário leva Foucault a desenvolver em seus últimos trabalhos uma reflexão ética: pensar quais seriam os meios para desenvolver formas satisfatórias de sua existência na sociedade, desenvolvendo “práticas de liberdade”, compreendidas como condição de possibilidade para a criação de novas formas de existência.

Nos dois últimos volumes de *Histoire de la Sexualité* e em seus últimos cursos no Collège de France: *L'herméneutique du Sujet (1981-1982)*, depois em *Le Gouvernement*

³⁵ M. Foucault, “L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, vol. 4, 1994, p. 711.

de soi et des autres (1982-1983) e *Le Courage de la vérité* (1983-1984), Foucault reexamina as relações entre sujeito e verdade, porém não mais por meio da estratégia de articulação de saberes hegemônicos e práticas coercitivas que impõem formas de subjetivação – dinâmica de poder própria à modernidade. Suas investigações abordam não mais o discurso que se formulava sobre o sujeito, determinando-lhe quem era e quem deveria ser, mas, sim, o discurso que o sujeito seria capaz de produzir sobre si mesmo. As “práticas de si” na constituição do sujeito moral fazem com que Foucault se volte para a antiguidade greco-romana, na qual tais práticas tinham uma importância muito maior que em nossa sociedade. Por meio da análise de textos da antiguidade até o estoicismo tardio, Foucault verificou o papel que estas técnicas desempenhavam existencialmente e socialmente, descrevendo as práticas pelas quais o sujeito buscava uma transformação de si mesmo a partir daquilo que ele era capaz de reconhecer como “verdade”. Tratam-se aqui de exercícios sobre si mesmo feitos para se atingir determinados modos de ser, que se apresentam como práticas de autoformação do sujeito. Suas pesquisas investigaram como essas práticas se inserem no contexto amplo da *epiméleia heautoû*³⁶: o cuidado de si, ou, como os latinos definiram, *cura sui*, o ocupar-se consigo mesmo.

Segundo Foucault, o cuidado de si seria uma noção marginalizada na História da Filosofia que teria atravessado todo o pensamento moral desse período. Seria um conceito menos trabalhado e conhecido do que o *gnôthi seautón* (conhece-te a ti mesmo). Para os antigos, para se praticar a liberdade adequadamente era preciso cuidar de si, ocupar-se de si mesmo e, neste sentido, a exortação para “conhecer-se melhor” deveria ser compreendida como parte de uma etapa no plano geral da *epiméleia heautoû*. Na cultura antiga, a liberdade era importante objeto de preocupação, era preciso conhecer-se para conquistar autocontrole, superação do que poderia ser transformado, bem como aceitação de suas limitações. Trata-se de um problema ético, entretanto, o *êthos* para os gregos girava em torno da maneira de ser

³⁶ M. Foucault, *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*, Paris, Seuil, 2001.

e da maneira de se conduzir. Para se alcançar um bom *êthos* era preciso fazer uma prática intensa, um trabalho em si mesmo. No cuidado de si, “dizer a verdade sobre si” seria uma dessas práticas. Ao “dizer a verdade sobre si”, o sujeito se constitui e é constituído pelos outros.

Para dar prosseguimento a essa investigação, o autor empreende uma análise histórica do “dizer a verdade sobre si mesmo”. Trata-se de aqui de um verdadeiro cuidado da alma, um regime de vida. Tais práticas se configuravam na noção de *parresía*, que passou a ser objeto de investigação de Foucault em especial no seu curso de 1983-1984, reunidos no volume *Le Courage de la vérité*.

Parresía seria a coragem da verdade, a fala franca, o dizer-tudo-da-verdade sobre si mesmo³⁷, de modo que *parresía* seria uma prática relacionada ao conhecimento de si e também ao cuidado de si. Além de ser uma cultura de si e prática de si é também uma prática com o outro. O ser humano deve cuidar de si mesmo, um cuidado que se desenvolve ao longo da vida, mas para isso não pode prescindir de trabalhar-se a partir daquilo que lhe é dito por um interlocutor. É necessário se dirigir a alguém para obter auxílio na constituição da opinião que se tem de si mesmo, para melhor se conhecer e assim ocupar-se de si adequadamente. Portanto, a pessoa a quem se dirige deve ter a *parresía*, que é a virtude fundamental daquele que dirige a consciência de outros e que os ajuda a constituir uma relação consigo mesmo. A proposta de Foucault é que esses “exercícios espirituais” dos gregos e romanos possam ser um instrumento importante na constituição de um novo indivíduo, que seja realmente um “cultivador” de si.

A filosofia grega antiga se compreendia como o exercício de um estilo de vida. É algo mais próximo de uma estética da existência do que de uma ética propriamente dita – pelo menos do modo como a definimos na modernidade. É uma filosofia de cunho eminentemente prático, que pode conduzir o indivíduo a estabelecer uma

³⁷ M. Foucault, *Le Courage de la vérité*, Cours au Collège de France (1983-1984), Paris, Seuil, 2008.

relação consigo mesmo, o que lhe permite escapar à normatividade. Pode-se constituir deste modo uma resistência aos saberes e relações de poder subjetivantes, bem como afirmar novas formas subjetividade, diferentes daquelas que são determinadas pelos saberes estabelecidos, buscando formas de viver e de pensar singularizadas:

Pareceu-me que essa problematização estava ligada a um conjunto de práticas que tiveram certamente uma importância considerável em nossas sociedades: aquilo que poderíamos chamar de as “artes da existência”. Essas devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas estabelecem para si as regras de conduta, mas buscam transformar a si mesmos, a se modificar em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que porte certos valores estéticos e que responda a certos critérios de estilo³⁸.

Não se trata aqui de uma “renovação” da ética dos antigos, ou uma proposta de “imitação” dos gregos e romanos, mas constitui-se como um convite e uma provocação para que o indivíduo se disponha a um constante exercício de criação e autotransformação de si mesmo, independente do contexto histórico em que esteja inserido. Como formula Didier:

Problema histórico, naturalmente, e que ele formula, como sempre, muito intimamente ligado ao que ele vive. Gilles Deleuze o destaca com razão: o que interessa a Foucault nesse momento não é o retorno à antiguidade, mas 'nós hoje'. Ele havia declarado a Dreyfus e Rabinow: "o que me surpreende é que em nossa sociedade a arte só tenha relação com os objetos e não com os indivíduos ou com a vida". A vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte?³⁹.

Foucault em sua última fase nos revela que as formas de resistência dos

³⁸ M. Foucault, “Usage des plaisirs et techniques de soi”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard vol. 4, 1994, pp. 544-545.

³⁹ E. Didier, *Michel Foucault: uma biografia (1926-1924)*, São Paulo, Companhia das letras, 1990, p. 310.

indivíduos frente aos processos de subjetivação poderiam caminhar mais na direção de uma ética-estética da vida, ressignificando o sentido de “liberdade”. A construção de uma ética-estética da existência se apresenta como a liberdade possível em nossas existências. O cuidado de si pode ser compreendido como uma forma de resistência, uma forma de produzir-se diferenciadamente, criando novas formas de ser e de viver que inevitavelmente agem tensionando as relações de poder vigentes e se configurando como uma ação micropolítica de extrema relevância no cenário em que vivemos⁴⁰.

Deste modo, voltando ao problema que nos move no presente artigo, pode-se afirmar que as práticas de resistência, entendidas então como formas de cuidado de si, formas de produção diferenciadas de si mesmo, particularmente no que se referem a tarefa contínua de desconstrução de identidades masculinas que hegemonicamente se fazem presentes, fortalecendo heteronormatividades que estão na raiz de inúmeras violências sociais, constitui-se como desafio ético persistente no cenário contemporâneo. Há que se enfrentar a dificuldade de produzir novas formas de masculinidade que não podem prescindir de um exercício sobre si mesmo, um cuidado de si que se constitua como forma de resistência às relações de poder, processos de subjetivação e construção de identidade ainda presentes em nossa sociedade.

Considerações finais

Mas o que seria o homem transformado que os movimentos para a inclusão dos homens pela equidade de gênero visam promover? É possível definir identidades masculinas transformadas sem reproduzir a mesma normalização presente no gênero? A partir dos estudos de Foucault, poderíamos falar em uma abertura para

⁴⁰ Para uma consideração do Cuidado de si como forma de Resistência ver também: L. Chevitarese, “O Cuidado de si em Foucault: a propósito de uma homenagem aos trinta anos da morte do filósofo”. Em: L. Chevitarese; N. Julião, *Trinta anos sem Foucault: História e Filosofia*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2016.

nos pensar em um constante processo de transformação. No campo do gênero, resistir não seria criar identidades consideradas alternativas e não violentas para os homens, mas compreender que o processo de construção de modos de ser, de criação de nós mesmos é algo contínuo, que deve ser feito a cada momento, a cada relação.

A promoção do que se considera “novas masculinidades”, “alternativas” ou “positivas”, por meio do envolvimento dos homens nessa empreitada, remete-nos a questões sinalizadas por autoras do campo do gênero, sobre em que medida as normas excludentes de gênero não seriam mantidas ou reforçadas por meio de políticas ou movimentos que se baseiam em identidades. Nas palavras de Butler: “que relações de dominação e exclusão se afirmam inintencionalmente quando a representação se torna o único foco da política?”⁴¹. Não seria inverossímil ter como hipótese que tal engajamento poderá mesmo reforçar a lógica heteronormativa e produzir novas configurações de poder. Em uma análise de redes europeias de homens pró-equidade de gênero concluiu-se que os homens pró-feministas procurariam aliviar-se do peso do masculino sem repensar sua dominação⁴².

Mudar as relações de poder imbricadas no gênero requer a desconstrução da ideia de que existe um modelo de homem e outro de mulher, que está baseada na normalização de subjetividades masculinas e femininas. Pensando as subjetividades como interseccionais, sua desconstrução precisa levar em conta a articulação entre diferentes opressões ou marcadores sociais, cuja dinâmica das relações de poder guarda similitudes e singularidades, a partir do processo de produção de subjetividades. Questionar o poder significa desnormalizar certos marcadores sociais, rearticulando-os, sem hierarquizá-los. Pensar que masculinidades e feminilidades sejam plurais e estejam vinculadas a múltiplos aspectos sociais não significa que careçam de sentido e não precisemos nos remeter a eles de maneira estratégica, como

⁴¹ J. Butler, *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 23.

referência para a desconstrução.

A tarefa política parece ser, por meio do cuidado de si e das práticas de resistência, investir em um esforço potencialmente infinito de desconstrução da identidade masculina hegemônica, ativando outras formas de devir continuamente sufocados pela heteronormatividade. Tal investimento precisa persistentemente escapar do movimento de captura para edificação de “novas identidades”, ainda que na prática se constitua pela articulação de diferentes formas de ser e de viver, ou ainda pela configuração de outras formas de masculinidade.

Bibliografia

A. Fontana; M. Bertani, “Situação do curso”. Em: Michel Foucault, *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo, Martins Fontes, 2005.

A. D. B. Mariguela, “A emergência do autor Pierre Rivière”. Em: *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, vol. 8, nov. 2008. Acesso em: 27 abr. 2016 Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/1735/1578>.

A. Piscitelli, “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. Em: *Sociedade e Cultura*, vol. 11, n. 2, jul-dez 2008.

B. Bento; V. Félix-Silva, *Desfazendo Gênero: Educação da Diferença, Masculinidades, Feminismos e Literatura*, Natal, RN, EDUFRRN, 2015. D. M. Alvim, “Foucault e o Primado das Resistências”. Em: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, [S.l.], n. 20, jun. 2013. Acesso em: 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55955>>.

D. Welzer-Lang, “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. Em: *Estudos Feministas*, ano 9, n. 2, 2001.

E. Didier, *Michel Foucault y sus contemporáneos*, trad. Viviana Ackerman, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1995.

IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego – PME, 2012. Acesso em 9 de outubro de 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf

J. Butler, *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro,

Civilização Brasileira, 2008.

J. Rajchman, *Foucault: a liberdade da Filosofia*, trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

J. Revel, *Michel Foucault: conceitos essenciais*, trad. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez, São Carlos, Claraluz, 2005.

L. Chevitarese, “O Cuidado de si em Foucault: a propósito de uma homenagem aos trinta anos da morte do filósofo”. Em: L. Chevitarese & N. Julião, *Trinta anos sem Foucault: História e Filosofia*, Rio de Janeiro, Ed. UFRRJ, 2016.

L. Moriere, “A desconstrução de papéis como fator propulsor da participação política das mulheres”. Em: G. Venturini; T. Godinho, *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e SESC, 2011.

M. Arán; C. A. Peixoto Jr., “Subversões do Desejo: sobre gênero e subjetividade”. Em: J. Butler, *Cadernos Pagu*, vol. 28, jan./jul. 2007.

M. Foucault, *Surveiller et Punir: Naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975.

M. Foucault, *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*, Paris, Gallimard, 1977.

M. Foucault, *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... – um caso de parricídio do século XIX*, 2. ed., trad. de Denize Lezande Almeida, Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1982.

M. Foucault, “Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung”, In: *Bulletin de la Société française de philosophie*, vol. 82, n° 2, avr/juin. 1990.

M. Foucault, “Pouvoir et Savoir ”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard vol. 3, 1994.

M. Foucault, “Non au sexe roi”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard Vol. 3, 1994.

M. Foucault, “Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l'indentité”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, vol. 4, 1994.

M. Foucault, “Le Sujet et le Pouvoir”. In: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, vol. 4, 1994.

M. Foucault, “L'ethique du souci de soi comme pratique de la liberté”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, vol. 4, 1994.

M. Foucault, “Usage des plaisirs et techniques de soi”. Em: *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, vol. 4, 1994.

M. Foucault, *Il faut défendre La société. Cours au Collège de France (1975-1976)*, eds. M. Bertani, & A. Fontana, Paris, Gallimard, Seuil, 1997.

M. Foucault, *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*, Paris,

Seuil, 2001.

M. Foucault, *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*, Paris, Gallimard, 2004.

M. Foucault, *Le Courage de la vérité. Cours au Collège de France (1983-1984)*, Paris, Seuil, 2008.

M. Senellart, “Situação dos cursos”. Em: M. Foucault, *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*, trad. Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

S. Best; D. Kellner, *Postmodern Theory: Critical Interrogations*, New York, Guilford, 1995.

T. Eagleton, *The Ideology of the Aesthetic*, New York, Wiley-Blackwell, 1990.

V. do N. Fonseca, “Masculinidades alternativas: transformações de gênero?”. Em: B. F. Seffner, F.; O.U. Gerra, *Tradicional, alternativas, diversas? Una reflexión sobre la producción de masculinidades en la contemporaneidad*, Revista Sexología y Sociedad, vol. 20, 2014.

R. Wolin, “Foucault’s Aesthetic Decisionism”. Em: *Telos* 67, 1986.

Un Women, *Progress of the World’s Women 2015-2016: Transforming Economies, realizing Rights*, 2015. Acesso em 29 de outubro de 2016. Disponível em: http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf>